

Ata n.º 04/2026

Reunião de Câmara realizada em 18 de fevereiro de 2026

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia, Domingos Manuel Mendes Lopes -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1. Faltas; -----

1.2. Intervenção do presidente da Câmara Municipal; -----

1.3. Intervenção dos vereadores: -----

2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.1.Aprovação das atas das reuniões da câmara municipal de 05/01/2026; 19/01/2026; -----

2.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

2.2.1.Relatório do ano de 2025 sobre os incentivos ao investimento concedidos ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã; -----

2.2.2.Proposta de aprovação da 3ª Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – do ano de 2026

2.2.3.Proposta de delegação de competências no domínio da educação do Município da Lousã no Agrupamento de Escolas da Lousã; -----

2.2.4.Proposta de atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade (SPI) para o ano de 2026; -----

2.2.5.Proposta de ratificação do tarifário dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos para o ano de 2026



a aplicar pela APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA; -----

2.2.6. Proposta de apoio financeiro a atribuir à Associação Empresarial da Serra da Lousã no montante de 30 000 € destinado ao funcionamento e desenvolvimento de atividades/ações direcionadas ao comércio local; -----

2.2.7. Proposta de aprovação do Protocolo para Mobilidades Internacionais (Programa Erasmus + da União Europeia); -----

2.2.8. Proposta de autorização de abertura de concurso externo de ingresso para recrutamento de 4 Bombeiros Sapadores (recrutadas); -----

2.2.9. Proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios de 1º, 2º e 3º graus; -----

2.2.10. Proposta de abertura de procedimentos concursais para preenchimento de 7 postos de trabalho (6 assistentes operacionais e 1 assistente técnico); -----

2.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

2.3.1. Carta Social Municipal do Concelho da Lousã; -----

2.3.2. Protocolo de Cooperação para Implementação da Universidade Sénior “Serras e Rios”; -----

2.3.3. Voto de reconhecimento a Beatriz Carinhas; -----

2.3.4. Voto de reconhecimento a Ana Morais; -----

2.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -----

2.4.1. Declaração de caducidade do processo de obras n. º38/2016; -----

2.4.2. Declaração de caducidade do processo de obras n. º88/2021; -----

2.4.3. Declaração de caducidade do processo de obras n. º81/2021; -----

2.5. FLORESTAS, DESENVOLVIMENTO RURAL e BEM ESTAR ANIMAL; -----

2.5.1. Emissão de Parecer – Pedido de autorização prévia para ações de rearboreização – Código de Registo PR.005230.2026; -----

3. APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – Faltas -----

Não houve faltas a registar -----



1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que o município tem acompanhado de perto as situações resultantes das tempestades que afetaram o concelho nas últimas semanas, encontrando-se em curso trabalhos de consolidação em alguns pontos das vias mais afetadas. Prevê-se que, até ao final da semana, seja possível restabelecer totalmente a circulação em todas as estradas do concelho, mantendo-se, contudo, vistorias permanentes às vias municipais por precaução. Relativamente à zona da Senhora da Piedade, informou que está a ser planeada uma intervenção para remoção de material lenhoso acumulado, situação que acabou por ter contribuído para reter uma grande quantidade de madeira que poderia ter causado maiores constrangimentos. Deu ainda conta de uma reunião realizada com o Ministro Castro Almeida, na qual foram abordados apoios existentes e potenciais medidas de apoio destinadas a fazer face aos danos provocados pelas tempestades. Referiu igualmente a reunião com o Coordenador da Estrutura de Missão, Dr. Paulo Fernandes, onde foram discutidas estratégias e sugestões de medidas a integrar nos instrumentos de apoio às autarquias. Informou também sobre uma reunião com o Juiz Presidente da Comarca de Coimbra, tendo em vista a realização de obras no Palácio da Justiça, através de um acordo que permita à autarquia assumir temporariamente o papel de entidade promotora da intervenção. No âmbito de outros contactos institucionais, referiu a articulação com o Ministério da Administração Interna relativamente a intervenções no edifício da GNR e contactos com Gonçalo Matias - Ministro Adjunto e da Reforma do Estado, para retomar o projeto da Loja do Cidadão. Relativamente ao processo de hasta pública para a venda da participação do município na empresa STATUS, informou que o procedimento ficará concluído no próprio dia, tendo sido apresentada apenas uma proposta, sendo prestada informação mais detalhada em próxima reunião. Por fim, referiu que o município está a acompanhar a operação do Metro Mondego e os serviços alternativos atualmente disponibilizados, os quais têm sido considerados insuficientes para responder às necessidades dos utilizadores. Informou que estão em curso conversações com a administração para melhorar a oferta de transporte, tendo em conta também os constrangimentos provocados pelo desabamento de um talude na zona de Ceira,



garantindo que a autarquia continuará a acompanhar o processo e a exigir uma resposta mais eficaz. -----

1.3. Intervenção dos vereadores -----

O Sr. Vereador António Marçal assinalou a reunião realizada com o Ministro Carlos Almeida, referindo que, após o anúncio dos apoios, é fundamental clarificar a forma como os mesmos serão disponibilizados, considerando que a autarquia deve acompanhar e pressionar nesse sentido, uma vez que subsistem dúvidas quanto à sua concretização. Apontou algumas situações que considera preocupantes, nomeadamente o talude da Estrada Municipal Lousã-Miranda do Corvo, na zona de Vale de Maceira, onde terão ocorrido derrocadas na encosta, defendendo a necessidade de uma intervenção significativa com eventual apoio do Estado. Referiu também a zona do Zambujeiro, sugerindo que seja retomado o processo anteriormente desenvolvido e avaliada a atualidade das conclusões do estudo existente. Mencionou ainda a necessidade de atenção ao troço do ramal entre a Estrada Nacional 17 e Foz de Arouce, que considera carecer de intervenção mais estruturada. Abordou igualmente a posição que o município deve assumir a nível regional relativamente às questões das cheias e das secas nas bacias hidrográficas do Ceira e do Mondego, defendendo uma abordagem programada e sustentável das intervenções, que contemple não apenas o controlo de cheias, mas também a retenção e gestão da água. No que respeita ao rio Ceira, referiu a importância de voltar a discutir intervenções necessárias, recordando que a última intervenção poderá não ter cumprido plenamente os objetivos previstos. Destacou a necessidade de intervir em várias frentes, designadamente na Ribeira de São João, incluindo a reposição de açudes e taludes que contribuam para a estabilização das margens. Sublinhou, contudo, que a dimensão financeira destas intervenções ultrapassa a capacidade do orçamento municipal, defendendo o seu enquadramento em programas de financiamento mais amplos. Concluiu agradecendo e reconhecendo o trabalho desenvolvido por todos os que, no terreno, contribuíram para minimizar os efeitos da situação vivida nas últimas semanas. -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia abordou a situação do sistema Metro Mondego, cuja operação se encontra suspensa desde a passagem da tempestade, situação que tem impacto direto na mobilidade da população. Salientou a importância de garantir

que a retoma do serviço apenas ocorra após a realização das necessárias avaliações técnicas e verificação das condições de segurança da infraestrutura. Questionou a robustez do sistema e a necessidade de identificar eventuais vulnerabilidades, bem como as medidas previstas para reforçar a resiliência da infraestrutura face a fenómenos meteorológicos adversos. Referiu ainda que, apesar da disponibilização de transportes alternativos, os horários atualmente em vigor não têm respondido de forma adequada às necessidades da população, registando-se dificuldades como insuficiência de capacidade, tempos de espera elevados e alterações de horários e percursos. Por fim, sublinhou a importância de assegurar uma comunicação clara e atualizada com os utentes, tendo sido solicitados esclarecimentos quanto à previsão de retoma do serviço, às medidas de reforço da segurança e da infraestrutura, à eventual revisão da oferta de transportes alternativos e ao plano de comunicação a adotar nas próximas semanas. -----

O Sr. Vereador Luís Santa agradeceu a todos os elementos envolvidos na resposta às tempestades, nomeadamente aos Bombeiros, à GNR, às entidades privadas e aos trabalhadores do município, reconhecendo o empenho e a eficácia do dispositivo no terreno. Considerou que, apesar de existir sempre margem para melhoria, foi possível garantir uma resposta adequada e atempada às emergências. Referiu que, durante o período mais crítico, a atuação esteve centrada na gestão das situações de urgência no âmbito da proteção civil. Ultrapassada essa fase, o município encontra-se agora a desenvolver um trabalho de levantamento e avaliação dos prejuízos causados pelas intempéries. Salientou que o concelho terá pela frente um período exigente de trabalho, uma vez que existem diversas situações que necessitam de intervenção, embora não com a gravidade registada em concelhos vizinhos. Sublinhou ainda que existem limitações ao nível da capacidade de execução das obras, o que condiciona a rapidez das intervenções. Informou que, durante a fase mais intensa da ocorrência, estiveram no terreno cerca de uma centena de operacionais e que, nesta nova fase, o trabalho passará pela identificação rigorosa das ocorrências e pela definição de prioridades de intervenção, privilegiando as situações mais urgentes. Por fim, referiu que o município procurará enquadrar os prejuízos identificados nos apoios disponibilizados pelo Governo, através da apresentação de candidaturas aos programas existentes. -----

O **Sr. Vereador Domingos Lopes** referiu que os recentes acontecimentos meteorológicos devem ser encarados também como processos de aprendizagem, salientando que a ciência aponta para uma maior frequência de fenómenos extremos. Considerou que o concelho da Lousã, pelas suas características geográficas, exige uma atenção permanente aos fatores de risco. Recordou igualmente os incêndios ocorridos no verão, referindo que estas situações evidenciam a importância de melhorar a coordenação entre as várias entidades responsáveis, defendendo uma postura construtiva que permita aprender com as ocorrências e aperfeiçoar os processos de resposta. Sublinhou a importância de identificar intervenções prioritárias, quer ao nível das estradas de maior circulação, quer ao nível das linhas de água, destacando também o papel da estrutura arbórea e da natureza na estabilização do território. Nesse sentido, sugeriu que o Gabinete Técnico Florestal possa contribuir para a análise das áreas mais sensíveis e para a identificação de soluções, nomeadamente através da plantação de espécies adequadas que contribuam para a estabilização dos taludes e proteção das linhas de água. Defendeu ainda o reforço da capacidade de intervenção do município, através de equipas municipais e de sapadores florestais, de forma a aproveitar oportunidades para realizar pequenas intervenções com impacto na mitigação de riscos. Por fim, salientou a importância de reforçar a intervenção política do município junto das entidades competentes, com vista ao acesso a financiamentos para intervenções nas linhas de água e na rede hidrográfica do concelho, destacando a necessidade de atenção particular ao rio Ceira e a outras ribeiras de montanha. Concluiu referindo que este é um esforço que deverá envolver várias entidades, sublinhando a importância de políticas públicas e programas de financiamento que tenham em conta as especificidades dos territórios de montanha. -----

A **Sr.ª Vereadora Cristina Silva** começou por agradecer às equipas que estiveram no terreno a acompanhar as ocorrências verificadas nos estabelecimentos de ensino, bem como a todos os que colaboraram na resposta às situações mais urgentes. Referiu que alguns dos problemas identificados já eram conhecidos, atendendo à antiguidade de vários edifícios escolares, que apresentam infiltrações e outras necessidades de intervenção, sendo agora necessária uma reavaliação global das condições das escolas para planear as intervenções adequadas. Informou ainda que

irá realizar-se uma reunião do Conselho Municipal de Educação, na qual será discutida, entre outros assuntos, a questão da presença de vigilantes nos transportes escolares. Relativamente às atividades educativas, informou que a atividade de Carnaval inicialmente prevista foi cancelada, tendo sido posteriormente decidido integrar a atividade municipal na iniciativa “Arruada pela Floresta”, a realizar no dia 20 de março no âmbito do Plano Nacional das Artes. Acrescentou que, no mesmo dia, está prevista a realização de uma matiné dançante destinada à população sénior. Deu também conta da realização de uma reunião do projeto “6 em Rede”, que visa apoiar vítimas de violência doméstica no concelho da Lousã e concelhos vizinhos, com o objetivo de fazer o ponto de situação do projeto. Informou ainda sobre a realização da “Semana Aberta” das Atividades de Animação e Apoio à Família nos jardins de infância, bem como das próximas reuniões de avaliação com a entidade supervisora do serviço. Por fim, referiu que a Carta Educativa foi submetida na respetiva plataforma e encontra-se atualmente em fase de análise pela entidade competente, após a realização de alguns ajustamentos solicitados. -----

A Sr.ª Vice-Presidente referiu que os recentes acontecimentos devem ser enquadrados no contexto das alterações climáticas, salientando a crescente frequência e imprevisibilidade de fenómenos meteorológicos extremos. Considerou que este tipo de ocorrências evidencia as dificuldades em antecipar e responder de forma totalmente eficaz, sublinhando que os municípios, por si só, dificilmente conseguem enfrentar estes desafios. Defendeu, por isso, a importância do envolvimento de entidades estruturantes, como o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, especialmente no que respeita às áreas florestais e agrícolas, destacando que o apoio destas entidades ao nível dos meios, financiamento e capacidade técnica é fundamental para responder adequadamente às necessidades existentes. Referiu ainda a relevância da Serra da Lousã para o concelho, tanto do ponto de vista ambiental e paisagístico como enquanto recurso económico, designadamente no setor do turismo, manifestando a expectativa de que as questões levantadas na sequência desta situação contribuam para uma maior atenção das entidades competentes. No âmbito das atividades culturais, informou sobre a realização da exposição coletiva de pintura “No Feminino”, patente ao



público no Museu Álvaro Viana de Lemos até 31 de março, bem como sobre o aniversário do Momo – Museu do Circo e a apresentação do Festival Gastronómico da Chanfana. -----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu aos membros do executivo em regime de não permanência o acompanhamento e a disponibilidade demonstrada durante a situação provocada pelas intempéries. Relativamente aos apoios anunciados pelo Governo, referiu que subsistem ainda dúvidas quanto à forma como serão operacionalizados, esclarecendo que, numa primeira fase, deverão ser acionados os seguros existentes, sendo posteriormente complementados por apoios do Estado. Informou que todos os pontos críticos identificados no concelho serão devidamente levantados e comunicados à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, com vista à obtenção de apoio para as intervenções necessárias. Referiu ainda que algumas intervenções já estavam previstas no orçamento municipal, como no caso da zona do Zambujeiro, mas que as recentes ocorrências poderão exigir intervenções mais abrangentes. Relativamente ao troço entre a Estrada Nacional 17 e Foz de Arouce, informou que a situação tem vindo a ser monitorizada pelos serviços municipais, mantendo-se a interdição à circulação de veículos pesados e reforçada a respetiva sinalização. No que respeita à gestão das bacias hidrográficas, referiu que o município continuará a acompanhar o tema e a participar nas discussões com outras entidades relativamente às intervenções necessárias nos cursos de água e à eventual implementação de infraestruturas de regulação hídrica. Sobre o sistema de mobilidade do Metro Mondego, informou que a suspensão do serviço se deveu a questões de segurança decorrentes dos danos provocados pelas intempéries e de limitações na via. Acrescentou que têm decorrido conversações com a administração da empresa para reforçar a oferta de transportes alternativos, estando também a ser avaliadas as condições de acessibilidade às diferentes localidades. Manifestou a expectativa de que seja apresentada brevemente uma solução mais robusta, embora as situações verificadas na zona de Ceira e em Serpins possam exigir intervenções de engenharia mais complexas, podendo atrasar a retoma da ligação até Serpins. Destacou ainda o trabalho realizado pelos serviços municipais e pelas equipas operacionais na resposta às diversas ocorrências, sublinhando a necessidade de o município dispor de mais instrumentos e meios para realizar intervenções

estruturais e preventivas. Abordou igualmente a questão da manutenção das áreas florestais e dos terrenos baldios, referindo que têm sido mantidos contactos com a os baldios para clarificar responsabilidades e avançar com intervenções necessárias, bem como a importância de reforçar as equipas de sapadores florestais no território. Relativamente às linhas de água, informou que o município pretende avaliar soluções para a manutenção e requalificação da Ribeira de São João, procurando corrigir intervenções anteriores que alteraram o seu comportamento natural. Por fim, informou que, no âmbito da hasta pública para alienação da participação municipal na empresa Status, foi apresentada uma única proposta, a qual será agora analisada e submetida aos procedimentos legais necessários. ----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.1. Aprovação das atas das reuniões da câmara municipal de 05/01/2026 e 19/01/2026 -----

Colocadas à votação, nos termos do n.º2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou aprovar as atas das reuniões de Câmara realizadas a 5 e a 19 de janeiro de 2026. -----

2.2. Administração e Finanças -----

2.2.1. Relatório do ano de 2025 sobre os incentivos ao investimento concedidos ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu que, relativamente ao conjunto de incentivos atribuídos, existe consenso quanto à importância de os relatórios associados não se limitarem ao mero cumprimento formal das exigências regulamentares, devendo permitir uma avaliação mais abrangente e efetiva dos resultados alcançados. Salientou que estes relatórios devem possibilitar ao Município uma análise real do impacto dos projetos apoiados, designadamente ao nível económico, social e de criação de emprego, bem como do eventual contributo fiscal e do alinhamento com objetivos estratégicos definidos. Nesse sentido, defendeu que a concessão de apoios públicos deve estar associada a uma monitorização sistemática dos resultados obtidos, garantindo maior transparência na aplicação dos recursos e permitindo verificar se os mesmos se traduzem efetivamente em benefícios para o interesse



público local. Sugeriu ainda que, no futuro, possam ser definidas e acordadas métricas de avaliação mais concretas, de modo a operacionalizar de forma prática aquilo que o regulamento prevê, permitindo ao Município e aos cidadãos acompanhar de forma clara os resultados dos apoios concedidos e o seu contributo para o desenvolvimento do território. -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a concretização deste trabalho não se afigura difícil, uma vez que, aquando da apresentação dos pedidos de apoio, as próprias empresas assumem compromissos relativamente a determinados resultados. Salientou, contudo, que nem sempre será possível apresentar de imediato a efetividade desses resultados, podendo existir situações em que os projetos ainda se encontrem em fase inicial. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à apreciação o relatório do ano de 2025 sobre os incentivos ao investimento concedidos ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o relatório do ano de 2025 sobre os incentivos ao investimento concedidos ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã (Doc. 1 (um)) -----

2.2.2. Proposta de aprovação da 3ª Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – do ano de 2026-----

O Sr. Vereador António Marçal, no âmbito da análise dos números apresentados, referiu que a margem de disponibilidade financeira é atualmente reduzida, restando pouca capacidade após as verbas já consignadas. Salientou a importância de, a curto prazo, se proceder a uma revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. Referiu ainda que, tendo em conta os investimentos e projetos públicos previstos, será essencial conhecer com maior detalhe a forma como os mesmos serão concretizados e geridos, de modo a garantir uma adequada planificação e resposta às necessidades identificadas. Manifestou, por fim, total disponibilidade para colaborar na definição e desenvolvimento de um plano que permita dar resposta aos desafios identificados, reforçando a capacidade de resiliência e desenvolvimento do concelho. -----



O Sr. Presidente da Câmara referiu que, ainda antes da ocorrência das recentes tempestades, já se perspetivava a necessidade de proceder, durante o ano de 2026, a uma alteração ao Orçamento Municipal. Com os acontecimentos mais recentes, essa necessidade torna-se ainda mais evidente, tendo em conta a possibilidade de ajustamentos ou reprogramações em alguns financiamentos, designadamente no âmbito do Portugal 2030, de forma a responder a necessidades mais urgentes. Agradeceu a colaboração e os contributos apresentados, destacando a importância da resiliência na atuação do Município, sublinhando que não basta executar investimentos, sendo essencial que estes sejam bem planeados e concretizados, de modo a reforçar a capacidade do concelho para enfrentar fenómenos adversos. --- A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação da 3ª Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – do ano de 2026. (Doc. 2 (dois)) -----

2.2.3. Proposta de delegação de competências no domínio da educação do Município da Lousã no Agrupamento de Escolas da Lousã-----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, na sequência da alteração do Executivo, se considera conveniente proceder ao reforço da delegação de competências, uma vez que subsistiam algumas dúvidas que justificavam esse reforço. Referiu ainda que, por uma questão de melhor enquadramento e maior conforto jurídico-legal, importa igualmente assegurar a articulação com o novo regulamento das escolas. –

O Sr. Vereador António Marçal referiu que, no âmbito da educação no concelho, é importante continuar a analisar e ajustar a rede educativa de acordo com a realidade existente e com as necessidades identificadas. Salientou que poderão ser necessários alguns ajustamentos, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade da resposta educativa e a utilização dos recursos disponíveis. Mencionou alguns exemplos de estabelecimentos escolares que poderão carecer de intervenções ou requalificações, de modo a reforçar a sua capacidade e melhorar as condições oferecidas à comunidade educativa. Sublinhou que, em determinadas situações, as decisões podem inicialmente não ser consensuais, devendo ser orientadas pelo superior interesse das crianças e da comunidade, privilegiando soluções que permitam respostas educativas mais adequadas e eficientes. Por fim, reiterou a



disponibilidade para apoiar o processo de redesenho da rede educativa, com o objetivo de reforçar a qualidade do sistema educativo no concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de delegação de competências no domínio da educação do Município da Lousã no Agrupamento de Escolas da Lousã; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de delegação de competências no domínio da educação do Município da Lousã no Agrupamento de Escolas da Lousã (Doc. 3 (três)) -----

2.2.4. Proposta de atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade (SPI) para o ano de 2026-----

O Sr. Vereador António Marçal salientou a importância dos trabalhadores operacionais, considerando-os fundamentais para o funcionamento diário dos serviços públicos e para a resposta em situações excecionais, como as recentemente ocorridas. Referiu que estes profissionais estão entre os mais mal remunerados da Administração Pública, o que tem dificultado o recrutamento por parte dos municípios e das juntas de freguesia para estas funções. Defendeu a necessidade de valorizar estes trabalhadores, reconhecendo a importância do seu papel e ponderando soluções que promovam uma maior valorização das suas funções e das respetivas condições remuneratórias. Sublinhou ainda que a organização e o planeamento dos serviços públicos devem atender às necessidades reais das populações, de modo a permitir uma resposta mais eficaz e adequada às exigências existentes. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação proposta de atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade (SPI) para o ano de 2026-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade (SPI) para o ano de 2026 (Doc. 4 (quatro)) -----

2.2.5. Proposta de ratificação do tarifário dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos para o ano de 2026 a aplicar pela APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA-----

O Sr. Vereador António Marçal salientou que algumas dúvidas ainda subsistem relativamente ao acompanhamento da proposta e à utilização do tarifário enquanto não se resolvem questões específicas, nomeadamente a saída de Penacova. Referiu que, apesar das limitações, este mecanismo é necessário para garantir a continuidade do serviço e que a votação será favorável, mantendo-se, contudo, duas questões de acompanhamento prioritário: a redefinição de procedimentos e a verificação das conformidades legais. Salientou ainda a preocupação com a sustentabilidade do serviço, e que os problemas existentes devem ser enfrentados de forma estruturada, em vez de serem apenas adiados. Por fim, referiu que se deve manter o contacto com os responsáveis técnicos e institucionais, incluindo o Presidente da APIN para encontrar soluções que permitam resolver de forma efetiva as questões levantadas, garantindo transparência e sustentabilidade financeira do serviço. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que estão a ser analisados diversos cenários em torno da APIN e há necessidade de continuar a acompanhar a situação e pressionar os responsáveis ministeriais competentes, nomeadamente nas áreas da água, ambiente e resíduos, de forma a garantir uma abordagem integrada e eficaz da operação. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do tarifário dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos para o ano de 2026 a aplicar pela APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do tarifário dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos para o ano de 2026 a aplicar pela APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA (Doc. 5 (cinco)) -----

2.2.6. Proposta de apoio financeiro a atribuir à Associação Empresarial da Serra da Lousã no montante de 30 000 € destinado ao funcionamento e desenvolvimento de atividades/ações direcionadas ao comércio local. -----

O Sr. Vereador António Marçal salientou a importância de, no futuro, tornar a proposta mais ambiciosa, estabelecendo metas claras de impacto social e



económico. Destacou o trabalho desenvolvido pela associação empresarial local, mas considerou que seria necessário adotar uma estratégia municipal mais integrada, nomeadamente no comércio local, de forma a valorizar de forma equilibrada diferentes áreas do território e melhorar os resultados da promoção e venda de produtos e serviços. Sublinhou que a colaboração entre o município e os atores locais deve permitir uma abordagem coordenada, promovendo o desenvolvimento económico e social de forma sustentada. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de apoio financeiro a atribuir à Associação Empresarial da Serra da Lousã no montante de 30 000 € destinado ao funcionamento e desenvolvimento de atividades/ações direcionadas ao comércio local. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de apoio financeiro a atribuir à Associação Empresarial da Serra da Lousã no montante de 30 000 € destinado ao funcionamento e desenvolvimento de atividades/ações direcionadas ao comércio local (Doc. 6 (seis)) -----

2.2.7. Proposta de aprovação do Protocolo para Mobilidades Internacionais (Programa Erasmus + da União Europeia) -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia referiu que a aprovação do Protocolo para Mobilidades Internacionais no âmbito do Programa Erasmus+, com a empresa Mondego Mobility, deve ser acompanhada de uma avaliação séria, exigente e centrada no interesse público local. Salientou que se trata de uma proposta positiva para o Município da Lousã, por promover a cooperação europeia, valorizar a formação profissional, reforçar a dimensão internacional do Município e criar oportunidades de aprendizagem em contexto real de trabalho, nomeadamente em equipamentos municipais como o Teatro Municipal da Lousã. Realçou que o Erasmus+ é um instrumento estruturante de coesão europeia, de qualificação das pessoas e de construção de cidadania, proporcionando benefícios à comunidade através da acolha de jovens em formação, da partilha de conhecimento e da abertura da administração local a novas experiências e competências, incluindo digitais. Sublinhou que o voto favorável não pode ser acrítico, devendo o protocolo ser acompanhado de planeamento estratégico, supervisão efetiva dos estágios e garantia de qualidade formativa, assegurando benefícios claros para o território,

49

para os serviços municipais e para a comunidade local. Reforçou que estes programas são complementares às políticas públicas estruturadas de educação e formação profissional, não devendo substituir investimentos estruturais. Considerou ainda positiva a clareza do protocolo relativamente à inexistência de vínculo laboral, cobertura por seguros, proteção de dados pessoais e definição de responsabilidades entre as partes, evidenciando cuidado jurídico e administrativo. Destacou a relevância do protocolo para o Município, e deixou como expectativa a realização de avaliação regular dos resultados, transparência na seleção e acompanhamento dos estágios, bem como uma visão mais integrada destas parcerias numa estratégia municipal de educação, cultura e desenvolvimento local. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a de aprovação do Protocolo para Mobilidades Internacionais (Programa Erasmus + da União Europeia) -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Protocolo para Mobilidades Internacionais (Programa Erasmus + da União Europeia) (Doc. 7 (seis)) -----

2.2.8. Proposta de autorização de abertura de concurso externo de ingresso para recrutamento de 4 Bombeiros Sapadores (recrutadas) -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu a necessidade de dotar o Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã de um quadro de efetivos adequado, de forma a garantir uma resposta operacional eficaz e sustentada. Salientou que é fundamental acautelar os efeitos da saída de efetivos profissionais e não profissionais, considerando a carreira dos bombeiros sapadores e a importância do envolvimento do governo central na matéria. Sublinhou a dedicação dos homens e mulheres que integram o corpo de bombeiros, independentemente do vínculo profissional, e a necessidade de clarificar de forma transparente e estruturada a situação atual, de modo a assegurar que o concelho tenha capacidade de resposta adequada em todas as áreas, incluindo saúde, proteção civil e serviços de emergência. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que este concurso constitui um impulso para reforçar o corpo de bombeiros, integrando gradualmente novos profissionais e valorizando o papel dos bombeiros não profissionais. Reforçou que a implementação será feita de forma gradual, com acompanhamento do novo estatuto do bombeiro e



das exigências legais, visando atingir cerca de 30 efetivos até ao final do mandato, garantindo a segurança e a continuidade dos serviços prestados à comunidade. ---

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de autorização de abertura de concurso externo de ingresso para recrutamento de 4 Bombeiros Sapadores (recrutadas) -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de autorização de abertura de concurso externo de ingresso para recrutamento de 4 Bombeiros Sapadores (recrutadas) (Doc. 8 (oito)) -----

2.2.9. Proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios de 1º, 2º e 3º graus -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios de 1º, 2º e 3º graus-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios de 1º, 2º e 3º graus (Doc. 9 (nove)) -----

2.2.10. Proposta de abertura de procedimentos concursais para preenchimento de 7 postos de trabalho (6 assistentes operacionais e 1 assistente técnico) -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de abertura de procedimentos concursais para preenchimento de 7 postos de trabalho (6 assistentes operacionais e 1 assistente técnico) -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de abertura de procedimentos concursais para preenchimento de 7 postos de trabalho (6 assistentes operacionais e 1 assistente técnico) (Doc. 10 (dez)) ---

2.3 Educação, Intervenção Social, Saúde, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude

2.3.1. Carta Social Municipal do Concelho da Lousã -----

A Sr.ª Vereadora Helena Correia referiu que, apesar do reduzido tempo disponível para análise detalhada do documento, foi possível realizar uma primeira apreciação da Carta Social. iniciou a sua intervenção reconhecendo o trabalho desenvolvido na elaboração da Carta Social da Lousã, salientando tratar-se de um instrumento obrigatório, exigente e com impacto direto nas políticas sociais do concelho. Apesar de manifestar o seu voto favorável, deixou registadas algumas incongruências e



fragilidades metodológicas que, na sua perspetiva, deverão ser corrigidas numa revisão futura ou nas fases seguintes do planeamento. Foram destacadas as seguintes questões: Incoerência entre reorganização administrativa e dados do diagnóstico (a Carta Social utiliza dados demográficos e socioeconómicos de 2021, anteriores à desagregação da União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, enquanto a oferta de respostas sociais e equipamentos já se encontra organizada pelas freguesias separadas. Este desencontro compromete a leitura das necessidades por freguesia, a comparabilidade entre procura e oferta e a coerência do planeamento da rede de serviços sociais); Contradição entre dados agregados e decisões desagregadas (a análise demográfica mantém a escala das freguesias de 2013, mas os mapas e a distribuição de equipamentos consideram a nova divisão administrativa, distorcendo indicadores como taxas de cobertura, rácios por população e prioridades territoriais); Projeções demográficas para freguesias “novas” com dados “antigos”(as projeções até 2041 são apresentadas por freguesia, incluindo Lousã e Vilarinho separadamente, mas baseiam-se em dados agregados, podendo comprometer a robustez estatística e metodológica das conclusões); Assimetrias na rede de respostas sociais (existe dificuldade em cruzar a rede de respostas com as necessidades projetadas, tornando pouco clara a adequação da oferta social à procura real em cada freguesia). Concluiu dizendo que o voto favorável é dado com reservas fundamentadas, destacando-se a necessidade de ajustes metodológicos e maior coerência entre diagnóstico, projeções e planeamento da rede de serviços sociais, manifestando disponibilidade para colaborar. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta Carta Social Municipal do Concelho da Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Carta Social Municipal do Concelho da Lousã (Doc. 11 (onze)) -----

2.3.2. Protocolo de Cooperação para Implementação da Universidade Sénior “Serras e Rios” -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia iniciou a intervenção definindo a Universidade Sénior como uma instituição de ensino não formal, destinada a pessoas com mais de 50 anos, centrada na aprendizagem ao longo da vida, no convívio e no envelhecimento ativo, sem exames nem atribuição de graus académicos, oferecendo

disciplinas culturais, artísticas e físicas. Referiu que, na Lousã, já existem experiências informais deste modelo através das associações Arte Via (integrada no projeto) e ADRAS (não incluída). Destacou que a criação de uma Universidade Sénior é positiva, considerando o envelhecimento da população, o combate à solidão e a promoção da participação comunitária da população sénior, devendo o projeto ser reforçado pela partilha de saberes de professores e voluntários. Sublinhou que é necessário avaliar a proposta com espírito construtivo, mas exigente, garantindo que o projeto sirva toda a comunidade com transparência, equidade e resultados. Salientou que, com exceção da ICreate, o modelo atual parece centrado em associações locais já existentes, sendo necessário alargar a oferta de disciplinas e atividades, atendendo à procura diversificada da população sénior. Levantou ainda questões relativas ao espaço físico, nomeadamente se as associações manterão autonomia para desenvolver atividades próprias, e sobre os custos de funcionamento do projeto, que não estão clarificados. Destacou três pontos essenciais para o sucesso do projeto: Rigor e acompanhamento (definição clara de objetivos, indicadores, metas e modelo de avaliação, garantindo prestação de contas ao Município e à comunidade); Equidade de acesso (necessidade de mecanismos que assegurem participação de todos os seniores, independentemente da situação económica, através de bolsas, isenções ou comparticipação municipal); Integração estratégica (o projeto deve fazer parte de uma estratégia municipal integrada, articulando ação social, saúde, cultura, desporto e voluntariado intergeracional, evitando duplicações e garantindo continuidade). Concluiu que o acompanhamento será favorável, desde que sejam implementadas correções que tornem o projeto mais justo, transparente e eficaz, com indicadores de impacto definidos, acesso universal assegurado e oferta diferenciadora -----

A Sr.^a Vereadora Cristina Silva apresentou informações sobre o projeto da Universidade Sénior, esclarecendo que a iniciativa visa congregar respostas já existentes no concelho, aproveitando estruturas e serviços que já funcionam no território, em vez de dispersar recursos. Destacou que o objetivo é criar um projeto integrado e sustentável, reunindo várias entidades que atualmente operam em espaços distintos, promovendo a cooperação e a otimização de recursos. Referiu que o protocolo previsto para o primeiro ano de implementação servirá para



organizar a Universidade Sénior, sendo que a sua execução e sustentabilidade serão avaliadas em dois momentos: uma avaliação semestral e uma avaliação no final do ano. A Sra. Vereadora explicou que, apesar de a ADRAS ter inicialmente aceitado integrar o protocolo, manifestou recentemente dificuldades em assinar de imediato, devido a questões internas de gestão. Salientou que a Universidade Sénior funcionará preferencialmente num espaço intergeracional, promovendo a convivência entre jovens e seniores. As aulas e atividades, serão organizadas de forma integrada, envolvendo voluntários da comunidade sénior que manifestem interesse em colaborar. Referiu que outras entidades, nomeadamente a Associação dos 5 Lugares e a ATIVAR, não se vão transferir para o espaço central da Universidade Sénior, participando em atividades conjuntas pontuais sempre que necessário. Realçou que o projeto tem como objetivo garantir um serviço inclusivo, acessível a toda a população sénior elegível, sem restrições financeiras, proporcionando uma resposta abrangente às necessidades do concelho. Salientou, ainda, que a implementação e funcionamento do projeto deverão ser devidamente acompanhados e estruturados pela comissão responsável, garantindo organização, coordenação e avaliação contínua das atividades. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o protocolo de Cooperação para Implementação da Universidade Sénior “Serras e Rios” -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o protocolo de Cooperação para Implementação da Universidade Sénior “Serras e Rios” (Doc. 12 (doze)) -----

2.3.3. Voto de reconhecimento a Beatriz Carinhas -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de Reconhecimento a atleta Beatriz Carinhas – Judo/Montanha Clube- pelos resultados alcançados no campeonato zona centro de juniores – Vila Nova de Poiares. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de Reconhecimento a atleta Beatriz Carinhas – Judo/Montanha Clube- pelos resultados alcançados no campeonato zona centro de juniores – Vila Nova de Poiares. (Doc. 13 (treze)) -----

2.3.4. Voto de reconhecimento a Ana Morais -----



O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de Reconhecimento a atleta Ana Morais alcançados o campeonato nacional de pentatlo – Braga. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de Reconhecimento a atleta Ana Morais alcançados o campeonato nacional de pentatlo – Braga (Doc. 14 (quatorze)) -----

2.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -----

2.4.1. Declaração de caducidade do processo de obras n. º38/2016 -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação declaração de caducidade do processo de obras n. º38/2016. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a declaração de caducidade do processo de obras n. º38/2016 (Doc. 15 (quinze)) ---

2.4.2. Declaração de caducidade do processo de obras n. º88/2021 -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação declaração de caducidade do processo de obras n. º88/2021. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a declaração de caducidade do processo de obras n. º88/2021 (Doc. 16 (dezasseis))

2.4.3. Declaração de caducidade do processo de obras n. º81/2021-----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação declaração de caducidade do processo de obras n. º81/2021. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a declaração de caducidade do processo de obras n. º81/2021 (Doc. 17 (dezassete))

2.5. FLORESTAS, DESENVOLVIMENTO RURAL e BEM ESTAR ANIMAL -----

2.5.1. Emissão de Parecer – Pedido de autorização prévia para ações de rearborização – Código de Registo PR.005230.2026 -----

O Sr. Vereador Domingos Lopes chamou a atenção para a necessidade de reforçar a componente educativa dos pareceres emitidos, considerando que a análise realizada apresenta algumas limitações nesse aspeto. Referiu que o objetivo é fornecer informação útil e formativa, sem penalizar ou restringir a ação do município, devendo os pareceres ser claros e acessíveis. Sublinhou a importância de analisar os enquadramentos legais aplicáveis, nomeadamente no que se refere à proteção de florestas, ordenamento do território e ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, garantindo que as recomendações estejam alinhadas com a

legislação vigente. Salientou que o parecer deve servir como instrumento de orientação e esclarecimento, especialmente para os técnicos e entidades envolvidas, e não apenas como formalidade legal. Por fim, destacou que o parecer deve indicar com clareza quaisquer cuidados a ter na mobilização de solos e no cumprimento de obrigações legais, garantindo uma análise educativa e preventiva, e não restritiva. – O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a emissão do pedido de autorização prévia para ações de rearborização – Código de Registo PR.005230.2026 A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a emissão do pedido de autorização prévia para ações de rearborização – Código de Registo PR.005230.2026 (Doc. 18 (dezoito)) -----

4. Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 12.40horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



